

## O LUGAR DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Paulo Ricardo Ferreira Pereira; Dra. Luciene Maria Patriota.

*Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); paulobtw@live.com; ene.patriota@yahoo.com.br.*

**Resumo do artigo:** Na presente pesquisa, que deteve como *corpora* a 2ª versão revista da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), objetivamos analisar o lugar da variação linguística na BNCC para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Para isto, partimos de objetivos específicos, os quais se referem a: 1) Apresentar a estrutura da BNCC, em especial a área de Linguagens; 2) Observar a concepção de língua que fundamenta a Base; 3) Verificar o lugar pensado para o tratamento da variação linguística no documento nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para a realização da referida pesquisa, alicerçamo-nos em uma metodologia de natureza descritiva e interpretativa com abordagem qualitativa. A partir da análise do *corpus*, percebemos que a BNCC está arquitetada e planejada em torno da aprendizagem e do desenvolvimento das cinco áreas de conhecimento. Além disso, observa-se que, especificamente na área de Linguagens, os componentes curriculares possuem interligações, resultando em uma abordagem metodológica multidisciplinar, na qual as áreas de conhecimentos encontram-se entrelaçadas a partir dos Temas Especiais, dos Eixos e dos Campos de Atuação. Além destas considerações estruturais, observamos que a concepção de língua que fundamenta a Base refere-se à língua como interação, sobretudo pelo documento compreender os estudos linguísticos como uma prática social situada na esfera discursiva, além de atribuir características de marcação identitária e cultural à língua, também ressaltando as relações de poder e dominação instauradas por ela. É através desta concepção de língua que se abre o espaço para as discussões pertinentes ao campo da Sociolinguística, especificamente no que tange às variações linguísticas. Neste sentido, constatamos que há sim um lugar para o trabalho com a variação linguística na BNCC, o qual é demarcado como um dos seis objetivos que norteiam e fundamentam a Educação Básica. Também percebemos que, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, este lugar não é compreendido como fixo, delimitado, mas, sim, em uma perspectiva que permite uma abordagem progressiva quanto aos conteúdos referentes a esse fenômeno, tendo em vista que estes acompanham o aluno desde o 6º ao 9º ano, ou seja, o acompanham gradativamente em sua formação escolar. Apesar do reconhecimento deste lugar, ressaltamos a ausência metodológica voltada para a aplicação didática dos assuntos referentes à variação linguística, até porque a Base não se propõe como currículo. Em razão desta ausência metodológica, destacamos tanto o papel dos currículos como a postura do professor como elementos determinantes para o processo de ensino-aprendizagem, no que se refere a este fenômeno linguístico.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular, concepção de língua, Variação linguística.

### Introdução

Nesta pesquisa, cuja proposta encontra-se veiculada ao Projeto de Pesquisa Teorias da Linguagem e Ensino, do Curso de Letras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), partimos da noção de que a forma de conceber às práticas que norteiam o ensino estão alicerçadas em uma determinada concepção de língua, a qual estrutura-o a partir dos documentos que regem o campo de ensino-aprendizagem, os chamados currículos parametrizadores do ensino.

Assim como as concepções adotadas em torno da língua, o currículo, compreendido como uma construção social-histórica, figura-se como fator determinante nas práticas escolares, pois é através de sua implementação que as instituições escolares regulamentam os conteúdos a serem trabalhados ao longo de cada etapa de escolarização, seja através das séries, seja através dos ciclos.

Segundo Goodson (2013), o currículo não atua no vácuo, isto é, na noção de neutralidade. Em sua gênese, ele se fundamenta a partir de concepções sociais, políticas, ideológicas e linguísticas. Neste último caso, a concepção de língua adotada por ele influencia e implica em suas concepções pedagógicas em torno dos objetos e objetivos do ensino de língua, bem como a postura dos corpos docentes e discentes.

Nas práticas educacionais vigentes, percebe-se, em verdade, que a abordagem atribuída ao ensino de língua materna encontra-se associada ao ensino prescritivo da língua, isto é, um ensino alicerçado nas regras preconizadas pela Gramática Normativa, a qual privilegia veemente o estudo da norma padrão, excluindo as demais habilidades e competências sociocomunicativas dos alunos, inseridas nestas variedades linguísticas oriundas da realidade dele. Neste ensino, enraizado nas concepções de “certo” e “errado”, perpetua-se a noção de que existe uma língua tida como padrão, homogênea, que não reconhece as variações linguísticas.

Neste cenário, como forma de orientar a construção dos currículos nacionais, em caráter regente, surge a Base Nacional Comum Curricular, documento previsto desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, datada em 1988, que, no Art. 210, prevê que “serão fixados *conteúdos mínimos* para o ensino fundamental, *de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais*” (BRASIL, 1988, Art. 210, grifos nossos).

Em 20 de dezembro de 1996, em concordância com a Constituição de 1988, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, que, em seu Art. 26, regulamenta que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter *base nacional comum*, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma *parte diversificada*, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, Art. 26, grifos nossos).

Esta parte diversificada, apontada na LDBEN, justifica-se na BNCC como uma forma de manter os aspectos culturais das regiões brasileiras, pois, no documento, mantêm-se o título de “parte diversificada” ao propor 60% de conteúdos igualitários para a educação

regular e os outros 40% constituem esta parte diversificada, pois abre espaço para a atuação da gestão pedagógica de cada instituição escolar inserir-se como fator determinante no ensino do alunado, possibilitando a este aspectos de sua cultura local e regional.

Além desta relação com a Constituição Federativa de 88 e a LDB, a BNCC está em consonância também com a Política Curricular Nacional (PCN) e com as Diretrizes Curriculares, uma vez que atende os pressupostos de ambos documentos e por ser, antes de tudo, um pacto interfederativo (BRASIL, 2016, p.28), cuja matriz possui diversos protagonistas em seu seio de produção, perpassando por órgãos governamentais e pelos cidadãos cívicos, caracterizando-a como um documento resultante de um trabalho coletivo.

Fundamentando-nos na 2ª versão revista documento, a presente pesquisa objetiva responder ao questionamento seguinte: Qual o lugar da variação linguística previsto na Base Nacional Comum Curricular para os Anos Finais do Ensino Fundamental? Para isto, colocam-se como objetivos específicos: 1) Apresentar a Base Nacional Comum Curricular, em especial a chamada Área de Linguagens; 2) Observar a concepção de língua que fundamenta o documento em análise; 3) Verificar o lugar pensado para o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista o impacto da implementação deste documento para a Educação Básica Nacional, a ênfase para o estudo da BNCC justifica-se, pois, enquanto fator determinante e referente curricular para as práticas escolares, o documento em análise determinará o que será ensinado em cada área de conhecimento e em cada etapa de escolarização a nível nacional, é através dele que as instituições escolares se basearão em suas políticas educacionais.

## **Metodologia**

Metodologicamente, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva e interpretativa, a qual está alicerçada, também, em uma abordagem de análise documental. Segundo André (1995, p. 17), a pesquisa descritiva-interpretativa busca:

A interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, a valoração e a indução em lugar da dedução, assume que fator e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador.

Quanto ao seu caráter documental, este justifica-se pela busca da descrição e interpretação em documentos que ainda não receberam estudos analíticos, neste caso, o documento refere-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com Oliveira (2010, p.70), “na pesquisa documental o pesquisador tem uma relação direta com os fatos a

serem analisados, ou seja, ele quem analisa, observa, ouve o relato de experiências vivenciado por outrem”. Na presente pesquisa, objetivamos em analisar o objeto na linha da descrição e interpretação, tornando, assim, improvável uma postura neutra dos pesquisadores.

## Resultados e Discussão

Nesta pesquisa, como já informado, detivemos como objeto de estudo a 2ª versão revista da Base Nacional Comum Curricular, analisando-a a partir de três objetivos específicos. Após a coleta e análise do *corpus*, apresentaremos os resultados referentes a estes objetivos – Estrutura arquitetônica da BNCC; a concepção de língua da Base; o lugar da variação linguística no documento – nos tópicos a seguir:

### 1. Estrutura arquitetônica geral da BNCC

Em sua 2ª versão revista, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta em sua estrutura tanto aspectos social-históricos como educacionais, de forma a contextualizar toda a sua trajetória para a sua construção enquanto documento tido como base para o ensino regular nacional. Estes aspectos são abordados ao longo de sete capítulos, os quais estão inclusos em três grandes princípios – A Construção da BNCC, Os Princípios da BNCC e A BNCC em si – e são distribuídos em 652 páginas.

No que se refere aos seus princípios, a BNCC está alicerçada nos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do aluno. No âmbito da BNCC, definem-se alguns direitos fundamentais à aprendizagem e ao desenvolvimento que devem nortear todas as etapas da Educação Básica. Estes direitos, além de fundamentarem a Base, são tidos como a gênese filosófica do documento, uma vez que propiciam à fomentação humanística do aluno enquanto sujeito social em construção. Como podemos observar no seguinte trecho:

Exemplo 01:

Esses direitos se explicitam em relação aos *princípios éticos, políticos e estéticos*, nos quais se fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais, e *que devem orientar uma Educação Básica que vise à formação humana integral*, à construção de uma sociedade mais justa, na qual todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão sejam combatidas (BRASIL, 2016, p.33, grifos nossos).

Como observado no fragmento acima, a Base apresenta três princípios orientadores: os princípios éticos, políticos e estéticos, os quais dialogam entre si em prol de uma formação íntegra de fundamentação humanista. No que se refere aos Direitos de Aprendizagem, há sete direitos: dois direitos relativos aos princípios éticos, três relativos aos princípios políticos e

dois relativos aos princípios estéticos. Decorrente destes princípios, “são definidos os objetivos gerais de formação para cada etapa de escolarização e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relacionados aos componentes curriculares” (BRASIL, 2016, p.35).

Por fim, no terceiro princípio, isto é, no capítulo que se segue, o documento apresenta-nos a organização das etapas de escolarização na BNCC, cujos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento subsidiam a definição dos objetivos dos componentes curriculares (BRASIL, 2016, p.44). Em sua organização, a Base considera as subdivisões etárias no interior de uma mesma etapa de escolarização. De acordo com esta premissa, são elaboradas três etapas de nível de escolarização: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Após esta apresentação das etapas de escolarização, somos apresentados aos Temas Especiais – na 1º versão, os chamados Temas Integradores –, os quais permitem a articulação e integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento. Na estrutura da Base, estes temas surgem como uma alternativa de manter o diálogo entre as áreas educacionais por meio da (re)construção do conhecimento através de uma perspectiva multidisciplinar, a qual parte da centralização do sujeito aluno nas esferas sociais e educacionais. O exemplo seguinte deixa este objetivo em evidência:

Exemplo 02:

Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de *temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos*, na perspectiva de uma educação humana integral (BRASIL, 2016, p.47, grifos nossos).

Como demonstrado no fragmento acima, os Temas Especiais estão fundamentados em concepções humanistas, as quais pressupõem uma formação íntegra do sujeito enquanto ativo no contexto social em que está inserido, visando, nesta perspectiva, uma formação que o integre, de forma crítica, nas dimensões política, ética e estética, dialogando, conseqüentemente, com os princípios orientadores do documento em análise.

Na 2º versão, a BNCC trata, por meio dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das áreas de conhecimento, de cinco Temas Especiais: Economia, Educação Financeira e Sustentabilidade; Culturas Indígenas e Africanas; Culturas Digitais e Computação; Direitos Humanos e Cidadania; Educação Ambiental.

Além desta estratégia concebida a partir dos Temas Especiais, a Base atribui enfoque aos Eixos de Formação e aos Campos de Atuação, os quais fundamentam-se nas áreas de conhecimento e que são pensados a partir dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do componente curricular em questão como forma de ampliar a abordagem multidisciplinar proposta no documento. Neste sentido, os Campos de Atuação, juntamente com os Eixos de Formação, surgem como uma forma de reafirmar e possibilitar a abordagem multidisciplinar, principalmente por esta abordagem promover a ampliação dos saberes tanto por meio do diálogo entre as áreas de conhecimento, como por meio dos componentes curriculares inseridos em uma mesma área.

Na versão revista, encontram-se cinco grandes áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, a saber: a área de Linguagens, a área de Matemática, a área de Ciências da Natureza, a área de Ciências Humanas e, por fim, a área de Ensino Religioso. Na versão preliminar do documento, a BNCC estava organizada em quatro grandes áreas de conhecimento – Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática.

Na primeira área apresentada, estão situados os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna. Na área de Ciências da Natureza, encontram-se os seguintes componentes curriculares: Ciências, Física, Química e Biologia. Já na área de Ciências Humanas, os componentes curriculares História, Geografia, Sociologia e Filosofia integram-na.

Neste trabalho, detivemos o nosso olhar, de forma analítica, para a área de Linguagens, especificamente para o componente curricular Língua Portuguesa, sobretudo por nosso objeto de pesquisa situar-se nela. No tópico seguinte, explanaremos sobre a concepção de língua encontrada no referido componente, bem como o lugar da variação linguística no documento.

## **2. A concepção de língua e o lugar da variação linguística na BNCC**

Na segunda versão revista da Base Nacional Comum Curricular, a concepção de língua adotada pelo documento se refere à língua como interação, uma vez que ele apresenta, tanto indiretamente como diretamente, referências a esta concepção desde o seu início – logo na apresentação do documento em si – até os capítulos referentes aos estudos linguísticos – a área de Linguagens. Na Base, é esta concepção de língua que norteia a metodologia pensada na área de Linguagens, além de fundamentá-la, como veremos a seguir.

Logo na apresentação da área de Linguagens, a BNCC destaca o papel das práticas de linguagem na dimensão social, assegurando que “é por meio dessas práticas que os sujeitos

(inter)agem no mundo e constroem significados coletivos” (BRASIL, 2016, p.86). Nessa direção, ao abordar as formas de interação por meio da linguagem, o documento reafirma este aspecto social e interacional da língua, ressaltando o seu aspecto tanto cultural como dinâmico. Como observamos no fragmento seguinte:

Exemplo 03:

*Se, por um lado, as linguagens aproximam e podem constituir as formas de interação e a identidade cultural de grupos sociais, por outro lado, podem gerar discriminação e conflitos, decorrentes de percepções e representações sobre a realidade. Tendo em vista o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem, a atuação confiante dos sujeitos nessas práticas demanda oportunidades de participar delas, conhecer como se estruturam e compreender como interagem na construção de identidades, pertencimentos, valores, e da vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2016, p.86, grifos nossos).*

No fragmento acima, além da (re)afirmação da língua enquanto interação, ressalta-se a marcação cultural pertencente à língua, ressaltando também as discriminações que ocorrem tanto por meio da linguagem como em razão dela, isto é, o preconceito linguístico com relação às variações linguísticas (BAGNO, 2007). Ainda no mesmo fragmento, a BNCC considera a língua como uma estrutura viva, dinâmica, enfim, mutável, a partir da qual os indivíduos interagem, construindo, assim, as identidades coletiva e pessoal.

Este aspecto dinâmico e adaptável da língua, como mostrado anteriormente, é reafirmado quando a Base ressalta os objetivos dos eixos leitura, escrita e oralidade, a qual reconhece esta natureza da língua, neste caso, a Língua Portuguesa. O exemplo seguinte afirma este posicionamento:

Exemplo 04:

*Esses objetivos, estruturados a partir dos eixos leitura, escrita e oralidade, também propostos nos PCNs, referem-se aos diversos gêneros textuais/discursivos em esferas sociais de seu uso, reconhecendo a natureza dinâmica, múltipla e variável da Língua Portuguesa. Para que os/as estudantes também tenham a possibilidade de perceber como a Língua se estrutura, varia e atende a múltiplas intenções e propósitos, sendo capazes de ter uma atitude criativa em relação a essa Língua, faz-se necessário que, aliado ao estudo dos usos da língua em situações de leitura, escrita e oralidade, apresentem-se, também, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento relacionados ao conhecimento das normas que regem a Língua Portuguesa (BRASIL, 2016, p.89, grifos nossos).*

Neste quinto exemplo, evidencia-se, implicitamente, a concepção de língua como interação, sobretudo quando o documento ressalta que “a Língua se estrutura, varia e atende a múltiplas intenções e propósitos” (BRASIL, 2016, p.89), além do reconhecimento da língua

enquanto fenômeno de natureza dinâmica, múltipla e variável, a qual atende as diversas intenções do contexto discursivo-interacional.

Por meio destes trechos, destacamos que, na BNCC, a língua é compreendida como uma prática social enraizada na esfera discursiva (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004), compreendendo-se, em razão disto, a concepção de língua como interação. Além disto, a Base também atribui à língua características de marcação identitária e cultural, concebendo-a como um campo de atuação social, a qual é materializada através de textos nas atividades relacionadas aos eixos do referido documento – oralidade, leitura e escrita.

É esta concepção de língua que abre o espaço para as discussões pertinentes ao campo da Sociolinguística, especificamente no que tange às variações linguísticas, além de possibilitar o reconhecimento das variações como um fenômeno inerente à língua, bem como o seu trabalho na interface de ensino e aprendizagem. Neste sentido, a Base sinaliza este reconhecimento na própria utilização do termo linguagens, no plural, uma vez que ele nos permite tais apontamentos sobre as variações linguísticas. Nessa direção, segue abaixo trechos do documento que mencionam e reconhecem, tanto indireta como diretamente, o trabalho das variações linguísticas na interface de ensino e aprendizagem.

Ratificando o caráter discursivo e social da língua, apresentado anteriormente, a BNCC evidência a importância do contexto, ou como se refere o documento, da situação discursiva, a qual está vinculada aos atos de poder suscitados a partir da linguagem. Como nos demonstra o fragmento a seguir:

**Exemplo 05:**

*Os enunciados ou textos são produzidos em uma situação de enunciação, determinada por condições históricas e sociais, por meio de discursos que instauram relações de poder. O aprendizado da leitura, da escrita e da oralidade culta envolve a compreensão dessas situações (BRASIL, 2016, p.88, grifos nossos).*

Como observado no exemplo acima, a BNCC suscita questões pertencentes ao campo da Sociolinguística (ALKMIN, 2004; BAGNO, 2007; TARALLO, 2007), sobretudo quando o documento ressalta que “os enunciados ou textos são produzidos (...) por meio de discursos que instauram relações de poder”, estas relações de poder executadas em razão da e pela língua nos possibilita uma leitura alicerçada no campo das variações linguísticas, especificamente no que se refere à discriminação e ao preconceito linguístico, justificando, assim, a referência indireta à variação linguística, além do documento reiterar este posicionamento ao ressaltar as condições históricas e sociais pertencentes à língua.



Reafirmando este aspecto sociocultural da língua, ao contextualizar os Anos Finais do Ensino Fundamental, a BNCC ressalta que os alunos estão em uma fase de descentralização e ampliação dos conhecimentos, dentre eles, os linguísticos. Neste sentido, o documento ressalta que deve-se criar condições para que os discentes compreendam a pluralidade sociocultural que fomenta a língua. Como nos assegura o fragmento seguinte:

Exemplo 06:

O processo de descentração, que caracteriza esse período de vida, amplia a capacidade dos/das estudantes, tanto de desenvolver sua autonomia, como de cultivar a alteridade. Desse modo, ao se potencializarem novas práticas nos diferentes componentes, também se criam condições para que os/as estudantes percebam a *pluralidade sociocultural (artística, corporal e linguística)* e as *relações entre linguagens, identidades e pertencimentos, alargando as possibilidades de ser e de interagir com grupos sociais* (BRASIL, 2016, p.325, grifos nossos);

No fragmento acima, a Base retoma a concepção de pluralidade sociocultural ao referir-se às linguagens – artística, corporal e linguística – ressaltando os aspectos identitários que a caracterizam. Neste sentido, percebemos menção à variação linguística, mesmo que implicitamente, quando o documento ressalta “as possibilidades de ser e de interagir com grupos sociais”, tendo em vista que estes grupos sociais são constituídos por um falar característico, isto é, por uma forma linguística identitária, a qual demarca a interação e o pertencimento de seus sujeitos por marcações também linguísticas. No campo da Sociolinguística, esta concepção linguística identitária, neste caso, refere-se à variação social (ALKMIM, 2004; CAMACHO, 2004), a qual caracteriza os grupos/tribos sociais por meio das marcas linguísticas.

Com relação aos objetivos da área de Linguagens, especificamente do componente curricular Língua Portuguesa, o trabalho com a Variação Linguística é ressaltado como um dos seis objetivos gerais da Educação Básica, isto é, na modalidade educacional há uma preocupação sobre este fator inerente às línguas (TARALLO, 2002). No documento, este fator é assegurado e ressaltado como um direito de aprendizagem do aluno. Como nos assegura o exemplo seguinte:

Exemplo 07:

6) Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções (BRASIL, 2016, p.98)

No fragmento acima, observa-se, explicitamente, o reconhecimento da variação linguística enquanto fenômeno inerente à língua. Além disto, a BNCC ressalta as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, isto é, a adequação linguística de acordo com o contexto interacional. É válido destacar que o documento reafirma o nosso posicionamento, exposto anteriormente, ao ressaltar as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem, ou seja, conceitos caros para a Sociolinguística e especificamente a discussão sobre a variação linguística, principalmente no que se refere ao preconceito linguístico, uma vez que os atos discursivos instauram estas relações de poder entre os interlocutores, como também as formas de discriminação em razão das escolhas linguísticas (BAGNO, 2007). Partindo destas considerações, o documento assegura o trabalho deste fenômeno como um dos objetivos da Educação Básica, a qual engloba desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Da mesma maneira demonstrada acima, no eixo Conhecimento sobre a Língua e sobre a Norma, a Base ressalta a importância da compreensão e reflexão sobre a língua e sobre as variações que a constitui. Como nos exemplifica o fragmento seguinte, relativo aos objetivos gerais pensados para este eixo:

Exemplo 08:

Compreender a *condição social e histórica da língua* como polissistema dinâmico e variável;  
Refletir sobre a *variação de registro* e sobre a *variação regional e social* da língua (BRASIL, 2016, p.366, grifos nossos).

Como é observado no exemplo acima, a Base refere-se, de forma direta, à tipologia das variações linguísticas, destacando a *variação de registro*, a *variação regional* e a *variação social* (ALKMIN, 2004), além de caracterizar a língua como um polissistema dinâmico e variável, demarcando estes conhecimentos como objetivos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, os quais devem ser abordados em uma perspectiva de progressão, isto é, devem acompanhar o estudante gradativamente na sua formação escolar, desde o 6º ao 9º ano.

É válido ressaltar que este eixo, de acordo com o documento, deve ser trabalhado de forma conjunta com os outros três – leitura, escrita e oralidade/sinalização. Em razão disto, esta vinculação dos conteúdos da variação linguística com o presente eixo, nos infere que este trabalho também deve dialogar com os referidos eixos, tendo em vista que há uma escrita adequada a uma dada situação, assim como há uma fala adequada em dado contexto sociocomunicativo (BAGNO, 2007).

## Conclusões

A partir do exposto, percebemos que há sim um lugar pensado para o trabalho com a variação linguística na Base Nacional Comum Curricular, o qual é assegurado e demarcado como um direito de aprendizagem do aluno na Educação Básica, tanto é que este trabalho é demarcado como um dos seis objetivos que fundamentam e norteiam a Educação Básica – a qual engloba e perpassa pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e pelo Ensino Médio – o que não há, de fato, é a especificação de como deve ocorrer este trabalho, ou seja, embora a BNCC presente e se aproprie de termos chaves da Sociolinguística – dentre os quais destacamos tanto o preconceito linguístico como a adequação linguística – não é especificado como os conteúdos devem ser abordados no contexto escolar ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Em razão disto, a Base pode vir a deixar os profissionais do magistério sem ter uma base que os auxiliem na sala de aula, a não ser que os currículos, que serão elaborados a partir de sua implementação, demarquem especificamente como deve ocorrer este trabalho.

Em decorrência desta ausência metodológica voltada para a aplicação didática, que até compreendemos, visto a Base não ser o currículo especificamente, ressaltamos que a postura do profissional docente é determinante no processo de ensino-aprendizagem, principalmente com relação a abordagem do estudo da variação linguística, pois, caso este profissional não tenha o perfil almejado e adequado, perpetuará, como um rito, a tradição que embasa as nossas instituições escolares há décadas sob uma nova nomenclatura, mas com uma postura educacional fundamentada no mesmo paradigma educacional, o qual privilegia um ensino mecanicista e cartesiano, sem considerar a dinamicidade linguística, classificando, assim, as variações linguísticas como um desvio da “pureza linguística”, as quais devem ser evitadas em nome da boa escrita e da boa fala.

## Referências bibliográficas

- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-48.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)>. Acesso em: 23 janeiro 2017.

\_\_\_\_\_. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 janeiro 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23 janeiro 2017.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Norma Linguística, Hibridismo e Tradução*. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 28 junho 2017.

CAMACHO, Roberto G. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 49-76.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HORA, Dermeval. (org.). *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. Rio Grande do Sul: Pallotti, 2004.

IANNI, O. Língua e sociedade. In: VALENTE, A. (org.). *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 11-44.

LEAL, Maria Auxiliadora da F. O ensino do português na escola atual: análise de alguns fenômenos de mudança. In: DELL'ISOLA, Regina; MENDONÇA, Eliana. *Reflexões sobre a língua portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997, p.15-24.

LEITE, Marli Q. Variação linguística: dialetos, registros e norma linguística. In: SILVA, Luiz Antônio da. *Português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo, 2005, p. 183-210.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa quantitativa*. Petrópolis: Vozes, 2010.

PACHECO, J. A. *Currículo: Teoria e Práxis*. Porto: Porto Editora, 1996.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2002.